

Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Mulher

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, do dia 1º de outubro do ano de dois mil e treze, nas dependências da Casa dos Direitos Humanos, situada à Av. Amazonas, 558, 7º andar, Centro, Belo Horizonte, foi realizada a décima segunda reunião Ordinária do CEM, gestão 2012-2014, para a qual, devidamente convocadas, compareceram as conselheiras titulares: Neusa Cardoso de Melo - presidente do CEM e representante da Rede Feminista de Saúde; Alaíde Lúcia Bagetto Moraes- Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG); Beatriz Eufrásio Trindade – Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Soane Pereira de Souza – Secretaria de Estado da Saúde (SES). Justificaram suas ausências as conselheiras, Maria Neiva de Jesus- Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS) e Eliana Piola- Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres (CEPAM); Lúcia Beatriz Meireles –OAB/MG. Compareceram as convidadas: Giselle de Oliveira Neves – Secretaria de Estado de Educação; Elliane Dias – Rede Afro LGBT; Sandra Mara Bossio – CMN; Ermelinda F. Melo – Rede Feminista de Saúde; Terezinha Lúcia Avelar – MPM; Dirlene Marques – Rede Feminista de Saúde. Justificaram suas ausências as conselheiras: Kátia Ferraz Ferreira (SECTES); Mariazinha Neiva de Jesus (SERVAS); Ariane Gontijo Lopes Leandro (SEDS); Maria Helena Ferreira Salles (SEDRU); Érica Renata de Souza (UFMG) e Lúcia Beatriz Meireles de Carvalho (OAB). Participaram da reunião pela secretaria executiva do CEM Tânia Mara Farnese e Lucilene Aparecida Soares. Neusa Melo – Presidente do CEM, cumprimenta todos com votos de boas-vindas e recorda as comemorações dos 30 anos do CEM no qual foram homenageadas as primeiras conselheiras, ressaltando a ausência de várias conselheiras e nomeia aquelas presentes: Katia, Maria Helena e Eliana Piola. No evento da Câmara Municipal Neusa relata que foram homenageadas destaques da sociedade civil indicadas pelas conselheiras, destacando que foram escolhidas 35 mulheres representativas de vários segmentos e que as solenidades contaram com expressiva presença de autoridades estaduais e municipais, do legislativo e do executivo o que deu grande vulto político e social aos eventos. A presidente externa sua preocupação em relação à saída de algumas conselheiras sem sua correspondente substituição. A conselheira Alaíde justifica sua ausência da solenidade na ALMG e considerou a presença da Andréa Neves na Câmara um reconhecimento e prestígio para o CEM. Eliane da Rede Afro LGBT considera importantíssimo o entrosamento da sociedade nas comemorações dos 30 anos do CEM, ressaltando o encontro das diversidades para a construção de consensos e que o primeiro passo para o Conselho se fortalecer será reorganizar seu Regimento Interno. A conselheira Soane declara que por motivos técnicos ficou impedida de acessar seus e-mails. Neusa destaca o gesto do SERVAS ao doar as placas comemorativas e assinala que se deve ter pressa em alterar o Regimento em um formato mais moderno. Lembra que o Decreto de criação do CEM data de 1983, portanto, anterior à Constituição Federal de 1988, tendo um caráter eminentemente executivo, não tendo como função precípua o controle social. Na sequência, Neusa passa aos destaques ao Regimento: Aprovar plano de ação de suas atividades seria para implantação de políticas para mulheres, hoje essa função é exercida pela Coordenadoria de Políticas para Mulheres CEPAM/SEDESE. No artigo 1º deveria ser refletida a questão dos objetivos, função e composição do CEM. A conselheira Beatriz sugere que se reveja o Regimento e não o Decreto. Neusa ressalta que tanto o decreto quanto o regimento devem ser alterados, pois no regimento a finalidade do CEM está vaga. No capítulo II artigo 2º Giselle pede esclarecimentos de como seriam escolhidos os representantes da sociedade civil. Neusa explica que houve mudança e foram escolhidas as entidades que seriam indicadas. A UFMG foi incluída como membro da sociedade civil o que não é de fato. A PUC é uma entidade particular e sempre ocupou essa cadeira sem ter havido outras indicações. No capítulo III para que o CEM seja deliberativo que que ter a presença da Secretaria Executiva, porém não há divisão descrita no Regimento. A conselheira Alaíde indaga se a presidente não é eleita pelo conselho. Em resposta a presidente acrescenta que o nome dela foi submetido ao CEM e quando a presidência é governamental torna-se prerrogativa do governador escolher a presidente. Outra inconsistência é a participação da Associação Mineira de Municípios que não tem interesse em participar do CEM. No geral, acrescentou a presidente, a constituição do CEM precisa ser alterada e a participação da sociedade civil deve ser revista e esta deve ter uma representação a mais plural possível, abarcando a orientação sexual, bem como outros movimentos não contemplados. A presidente sublinha que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico já encaminhou a indicação de nova conselheira, mas ainda não foi nomeada. Acrescenta que o mandato de 4 anos coincide com o do governador do Estado. Neusa pede sugestões sobre outras representações, argumenta que as representações fixas são muito ausentes. Sandra Bossio sugere que se deve acrescentar novas representações e não excluir representações, mas aumentar o número de conselheiras para 28. Beatriz reforça que não há necessidade de alterar o decreto

de 1983, somente o regimento que tem força de um decreto e destaca a necessidade de haver uma representação das outras etnias. Beatriz (SEPLAG) lembra que a maior dificuldade para o funcionamento dos conselhos de direitos são as secretarias executivas desestruturadas para o cumprimento de suas funções que é o de apoiar as deliberações da plenária. A presidente Neusa destaca que no regimento constam 4 secretárias executivas com atribuições distintas e muito específicas, mas de fato há apenas 3. Beatriz atalha esclarecendo que quando o regimento elaborado pensou-se na alocação de um fundo no CEM, em uma rubrica própria. Alaíde acrescenta que à época não existiam políticas para mulheres e que na atualidade a função precípua do CEM é deliberativa e não executiva, mas precisa ter um orçamento para exercer suas atribuições. Beatriz lembra que existem políticas para as mulheres na Secretaria da Saúde e não sabemos o montante, reforçando a importância da interlocução do CEM com os conselhos da saúde. A importância da Secretaria Executiva é acompanhar a execução desses orçamentos nas diversas pastas. Alaíde acrescenta que o conselho deve estabelecer contatos com outros órgãos e não fazê-los deles assentos no CEM. A OAB, as universidades, o SEBRAE devem ser parceiros na defesa dos direitos das mulheres, portanto os movimentos devem contribuir mais, devemos realizar gestões para que essa contribuição se amplie. Beatriz lembra que a participação do Ministério Público deveria ser mais efetiva, ao que Neusa atalha informando que tem reunião marcada com a Promotoria e que agendará encontro com a Ana Lúcia e Clever para que o grupo planeje um evento sobre tráfico de mulheres a ser realizado em novembro. Nesse sentido, acrescenta Neusa, será necessário organizar um grupo com coordenadores e outros setores para inclusão no rol de eventos dos 16 dias de ativismo cujos eventos podem abarcar as áreas da saúde, educação etc. Terezinha (MPM) anuncia o lançamento de cartilha sobre tráfico de mulheres. Sandra (CMN) destaca que a Secretaria de Defesa Social, na pessoa da Flávia, irá realizar trabalho conjunto e que o CEM está convidado para participar. Um dos focos será incentivar a criação de conselhos da mulher. Neusa conclama os presentes a apresentar na próxima reunião propostas para alteração do regimento interno do CEM. A discussão do Plano Estadual de Políticas para Mulheres e o Plano Mineiro de Direitos Humanos ficará também para a próxima plenária. Dirlene (Rede Feminista) ressalta que a composição do CEM deve ser melhor discutida. Sandra (CMN) observa que irá encaminhar proximamente suas sugestões ao CEM. A presidente Neusa recorda que na última reunião foi proposto encontro com os conselhos municipais em outubro. Esse encontro seria o início de um processo para expandir o número de conselhos e trazer os já existentes como estratégia para ajudar na criação de novos. Sublinha que há um pequeno recurso que será usado em um projeto para incentivar os municípios a criarem seus conselhos da mulher. Frisa que não será uma capacitação, mas uma atualização para que seja possível planejar as futuras ações. Beatriz propõe uma agenda geral para os 16 dias de ativismo. Neusa acrescenta que irá ter eventos em conjunto com a comunidade negra e a pessoa com deficiência. Sobre a capacitação em Araxá que será realizada pela presidente do CEM, Neusa informa que não poderá determinar uma data tendo em vista eventos no período. Ficou decidida a data de 30 de outubro para a realização do encontro dos conselhos municipais. A presidente ressalta que na verdade são 20 dias de ativismo no Brasil e que vão de 20 de novembro a 10 de dezembro e solicitou a Sandra para encaminhar os nomes dos municípios sem conselhos municipais. Beatriz propõe que um projeto mais amplo seja implantado para que se atinja os municípios que ainda não conhecem o trabalho. Alaíde informa que as unidades móveis a serem implantadas serão priorizadas para atender as mulheres das zonas rurais mais carentes. Neusa sublinha que se deveria atrelar o repasse de recursos aos municípios que tivessem conselho ou coordenadorias criadas. Dirlene acrescenta que sem autonomia financeira e capacidade deliberativa não existe como criar conselhos municipais. Alaíde explica que o atendimento das unidades será realizado no binômio delegada-informações jurídicas, se o município tiver psicóloga a mesma poderá atender na unidade. No evento de adesão de Minas ao programa federal, a se realizar no dia 10 de outubro as margaridas estarão presentes. Neusa Melo agradece a presença de todas encerrando os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, eu, Tania Mara Mendes Farnese, lavro a presente ata, que vai assinada por todas.